

O PASSADO NO PRESENTE DO ESPAÇO HABITADO? UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAMÍLIA MAGALHÃES EM GOÍÁS.

Lorena Tomé Barbosa

UFRN | lorenatome@gmail.com

Rubenilson Brazão Teixeira

UFRN | rubenilson.teixeira@ufrn.br

EIXO TEMÁTICO: História, memória e patrimônio.

Resumo: O Brasil foi um dos principais destinos do fluxo migratório forçado de africanos escravizados. Dos 10 429 215 escravizados que chegaram com vida às Américas entre 1551 e 1866, 4 864 377 desembarcaram no Brasil, ou 46,64% desse total (<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>). Aqui, o excesso de trabalho, insalubridade, maus tratos e punições injustas os levavam a fugir (Karasch 1996), formando comunidades que, de acordo com Gomes (2015), eram conhecidas inicialmente como mocambos e, mais tarde, como quilombos, termos provenientes da África Central que designavam acampamentos improvisados, usados em contextos de guerra ou captura de pessoas escravizadas. A organização espacial dessas comunidades e uso dos recursos naturais expressavam um modo de vida ancestral enraizado na experiência de vida na terra natal. Este trabalho tem intuito de investigar as permanências e transformações na forma e nos usos do espaço físico da comunidade quilombola Família Magalhães, de ascendência Kalunga localizada às margens do Rio Paranã, região a 600 km de Goiânia e 330 km de Brasília-DF. A presença de escravizados em Goiás remonta às bandeiras colonizadoras de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera em 1722, e do ciclo minerador na região. (Baiochi 1999). Pretende-se com este estudo, aqui focado na habitação, mas fazendo parte de uma dissertação de mestrado em curso que tenta verificar até que ponto a organização e o uso do espaço comunitário, além das habitações da referida comunidade revelam resquícios que remetem aos seus ascendentes escravizados, direta ou indiretamente. A análise será desenvolvida a partir do diálogo entre as fontes coletadas - levantamentos diversos, inclusive in loco - e trabalhos e publicações acadêmicas sobre o tema e sobre a região, a fim de identificar se e até que ponto elementos do passado no espaço habitado insistem em permanecer na comunidade atual. O trabalho está vinculado à modalidade artigo.

Palavras-chave: Quilombos; arquitetura vernacular; tradições; origens; Goiás.

THE PAST IN THE PRESENT OF THE INHABITED SPACE? AN ANALYSIS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY FAMÍLIA MAGALHÃES IN GOIÁS

Abstract: Brazil was one of the main destinations for the forced migratory flow of enslaved Africans. Of the 10,429,215 enslaved people who arrived alive in the Americas between 1551 and 1866, 4,864,377 disembarked in Brazil, or 46.64% of this total (<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>). Here, overwork, unhealthiness, mistreatment and unfair punishments led them to flee (Karasch 1996), forming communities that, according to Gomes (2015), were initially known as mocambos and, later, as quilombos, terms from Central Africa that designated improvised camps, used in contexts of war or capture of enslaved people. The spatial organization of these communities and use of natural resources expressed an ancestral way of living rooted in the experience of life in the homeland. This work aims to investigate the permanence and transformation in the form and uses of the physical space of the quilombola community Família Magalhães, of Kalunga descent and located on the banks of the Paranã River, a region of 600 km from Goiânia and 330 km from Brasília-DF. The presence of enslaved people in Goiás dates to the colonizing flags of Bartolomeu Bueno, the Anhanguera in 1722, and the mining cycle in the region. (Baiochi 1999). The aim of this paper, focusing on the dwelling spaces, is part of an ongoing master's thesis which tries to verify to what extent the uses and organization of the community space and the dwellings of this community reveal remnants that refer to their enslaved ancestors, directly or indirectly. The analysis will be developed from the dialogue between the collected sources - various surveys, including in loco - and academic works and publications on the subject and on the region, to identify if and to what extent elements of the past in the inhabited space insist on remaining in the current community. This work is linked to the article modality.

Keywords: Quilombos; vernacular architecture; traditions; origins; Goiás.

¿EL PASADO EN EL PRESENTE DEL ESPACIO HABITADO? UN ANÁLISIS DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA FAMÍLIA MAGALHÃES EN GOIÁS.

2

Resumen: Brasil fue uno de los principales destinos de la migración forzada de africanos esclavizados. De las 10.429.215 personas esclavizadas que llegaron con vida a América entre 1551 y 1866, 4.864.377 desembarcaron en Brasil, lo que representa el 46,64 % de ese total (<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>). Aquí, el exceso de trabajo, las condiciones insalubres, los malos tratos y los castigos injustos los llevaron a huir (Karasch, 1996), formando comunidades que, según Gomes (2015), inicialmente se conocieron como mocambos y, posteriormente, como quilombos, términos originarios de África Central que designaban campamentos improvisados utilizados en contextos de guerra o captura de personas esclavizadas. La organización espacial de estas comunidades y el uso de los recursos naturales expresaban un modo de vida ancestral arraigado en la experiencia de la vida en su tierra natal. Este trabajo tiene como objetivo investigar las continuidades y transformaciones en la forma y los usos del espacio físico de la comunidad quilombola Família Magalhães, de ascendencia kalunga, ubicada a orillas del río Paraná, una región a 600 km de Goiânia y a 330 km de Brasília-DF. La presencia de personas esclavizadas en Goiás se remonta a las expediciones colonizadoras de Bartolomeu Bueno, el Anhanguera, en 1722, y al ciclo minero en la región (Baiochi 1999). Este estudio, centrado aquí en la vivienda, pero parte de una tesis de maestría en curso, intenta verificar en qué medida la organización y el uso del espacio comunitario, además de las viviendas de la comunidad mencionada, revelan vestigios que remiten a sus ancestros esclavizados, directa o indirectamente. El análisis se desarrollará a partir de un diálogo entre las fuentes recopiladas (diversas encuestas, incluyendo investigaciones in situ) y trabajos y publicaciones académicas sobre el tema y la región, con el fin de identificar si, y en qué medida, persisten elementos del pasado en el espacio habitado en la comunidad actual. Este trabajo se presenta en forma de artículo.

Palabras clave: Quilombos; arquitectura vernácula; tradiciones; orígenes; Goiás.

1.INTRODUÇÃO

O Brasil consolidou-se como o principal destino das rotas de comércio negreiro nas Américas e ainda que a cultura da venda de escravos africanos já ocorresse em regiões em torno do Mediterrâneo, Oriente Médio e áreas da Ásia no século IX, extinguindo-se somente no século XX, as quantidades anuais nunca foram significativas se comparadas ao tráfico transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX. Durante os séculos XVI e XVII, foi a mão-de-obra escrava africana no Brasil que garantiu a produção de açúcar para exportação e no sec. XVIII a exploração de ouro. Consequência disso é que a população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872. (Inikori 2010)

Apesar das condições sub-humanas impostas pela escravidão, os afro-americanos desenvolveram comunidades relativamente autônomas. Essas comunidades conseguiram formar uma geração capaz de preservar e transmitir elementos culturais próprios de sua herança africana, ainda que a partir de um denominador comum de muitas e variadas culturas da África que serviam de alicerces (Thornton 2004, p.253-254).

De acordo com Gomes (2015), desde o início da colonização no Brasil, as comunidades que chamamos hoje de quilombolas foram conhecidas inicialmente como mocambos e, mais tarde, como quilombos. Esses termos, provenientes da África Central, designavam acampamentos improvisados, usados em contextos de guerra ou captura de pessoas escravizadas. No século XVII, "quilombo" passou a ser associado também aos guerreiros imbangalas e aos rituais de iniciação que praticavam. Já "mocambo", ou "mukambu" nas línguas kimbundu e kicongo, referia-se a um "pau de fieira", um tipo de suporte em forma de forquilha usado para erguer cabanas nos acampamentos (Gomes, 2015).

Não se sabe a exata procedência dos negros africanos introduzidos no Brasil por meio do tráfico. As designações genéricas como Nagô, Mina, Angola e Moçambique eram usadas para classificar os escravizados, mas esses termos não correspondiam a nações ou etnias específicas, apenas indicavam, de forma vaga, os pontos do continente africano de onde provinham os negros (Ramos, 1934).

Este artigo aborda parte do conteúdo trabalhado em uma dissertação de mestrado em curso que tem o intuito de investigar as permanências e transformações na forma e nos usos do espaço físico da comunidade quilombola Família Magalhães, de ascendência Kalunga, localizada às margens do Rio Paranã, região a 600 km de Goiânia e 330 km de Brasília-DF. Pretende-se com este estudo de caso descrever o espaço comunitário e construções mais relevantes do espaço levantado na intenção de identificar se algumas tradições da referida comunidade revelam resquícios que remetem aos seus ascendentes escravizados, direta ou indiretamente. Até que ponto podemos perceber elementos da cultura africana e suas diferentes vertentes no quilombo estudado?

Por se originar de uma pesquisa de mestrado em curso os resultados obtidos até este momento são parciais, e apesar da pesquisa completa abordar o aspecto espacial, construtivo e cultural da comunidade, para efeito do artigo, será abordado neste material somente a questão das casas. Para tanto, o trabalho foi estruturado em três itens. O primeiro faz uma apresentação histórica do surgimento e formação da comunidade. O segundo descreve a localização do assentamento e os diferentes tipos de casas existentes na comunidade. No terceiro item, apontam-se alguns dados preliminares sobre elementos do passado ainda presentes nas habitações analisadas.

2.A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS EM GOIÁS E A FAMÍLIA MAGALHÃES

O contingente negro desempenhou importante papel colaborando na formação étnica e na evolução socioeconômica e cultural de Goiás. Sua entrada na então capitania remonta ao século XVII. Inicia-se com as bandeiras colonizadoras seguindo do movimento minerador do ciclo do ouro e mais tarde do movimento migratório dos mineiros baianos e outros em busca de terras para lavoura e pastagem para o gado. E diferente do que se acredita, a descoberta e a colonização do território Goiano devem-se mais à expansão de São Paulo e à necessidade de metais para Portugal do que ao espírito aventureiro dos homens da época (Baiocchi, 1983). Goiás surge como território subordinado da capitania de São Paulo, que era o centro difusor das expedições (Alencastre 1863).

Nas regiões mineradoras, a escravidão assumia formas ainda mais severas do que nas áreas agrícolas. A vigilância constante dos senhores e as condições insalubres das minas evidenciam o grau acentuado de exploração a que os escravizados eram submetidos. A população negra construiu formas variadas de resistir ao mundo de opressão representado pela escravidão. O meio mais significativo da resistência do negro foi a constituição dos quilombos (Assis, 2005). Sendo a capitania de Goiás afastada dos centros administrativos portugueses e com a cidade de Goiás, antiga Vila Boa, situada a meses de distância de Salvador e Rio de Janeiro, tornava-se, assim, um local ideal para a formação de quilombos (Karasch 1996). A fuga era facilitada pela baixa vigência dos escravos na mineração, pela presença de uma população livre esparsa, uma população africana escrava densa e o ecossistema com rios, florestas, serras e montanhas, ideais como rotas de fuga e esconderijo. (Gomes, 1996)

De acordo com Moraes (2007), evidências documentais como livros de registros de óbitos e batismos são evidência que apontam que a ocupação de negros escravizados dos sertões goianos foi realizada por grupos etnolinguísticos de origem banto e sudaneses trazidos para o Brasil. Arthur Ramos afirmou que a procedências do elemento negro que entrou em Goiás com o bandeirismo deve ter sido de Angola e Congo. As reminiscências de instituições sociais mantidas por esse grupo africano em suas terras nativas aqui sobrevivem nas congadas. (Baiocchi, 1983)

[...] gabou-se do sucesso de uma das bandeiras por ele enviadas ao Paranã, que destruiu um quilombo com “mais de duzentos pretos fugidos, que já tinham bananais e roças”. O rei dos quilombolas lutara “valorosamente até perder a vida”, mas a rainha foi capturada juntamente com outras pretas. (Karasch 1996, p. 249)

LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA - SHK

Monte Alegre de Goiás

Cavalcante

Teresina de Goiás

Nova Roma

Escala
1 cm = 3 km

Escala
1 cm = 55 km

Escala
1 cm = 700 km

Legenda

- Estado de Goiás
- Brasil
- América do Sul
- SHK SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA**

Elab.: Vinícius G. de Aguiar
Data de Produção: 01/10/2011

Sendo essa área a mais rica em mineração, acredita-se que os quilombos conseguiram se desenvolver em zonas montanhosas das principais vilas, São Félix, Natividade, Arraiais e Cavalcante. Sendo o rio Paranã o principal da região, pode ter se tornado uma rota natural que possibilitasse o deslocamento de escravizados em fuga. A região de difícil acesso ainda hoje abriga milhares de negros, prováveis descendentes daqueles quilombolas. Foi a partir do sec. XVIII que as margens do rio Paranã, afluente do Tocantins, passou a abrigar africanos escravizados fugidos e seus descendentes. A região tem relevância mineralógica, destacando intensa atividade garimpeira na década de 1980. O solo é variável e 30% dos 237.000 hectares corresponde a área agricultável, principalmente às margens do rio Paranã e seus afluentes e vãos de serra. (Baiocchi 1999)

5º Seminário de Arquitetura Vernácula/Popular | São Paulo, 8 a 11 de junho de 2026

habitam uma área que compõe o “Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga” em Goiás (Figura 01) e nos remete à África a partir do momento em que o isolamento geográfico e cultural permitiu a objetificação de suas tradições e costumes. Metodologicamente, são vistos como descendentes de escravizados, construindo sua cultura a partir de sua própria referência e história de grupo. Eram tão isolados que quando Baiocchi (1999) os visitou pela primeira vez em 1982, foi recebida com apreensão e medo de que sua presença pudesse significar escravidão.

A comunidade Família Magalhães é uma família que se origina em 1944, com o casamento de Seu Pedro Magalhães da Cunha e Dona Alvina Pereira dos Santos. Seu Magalhães faleceu em 1977 e Dona Alvina, a matriarca, em janeiro de 2025, juntos criaram 11 filhos, sendo apenas um falecido há alguns anos. Dos dez filhos vivos, somente quatro sabem ler com muita dificuldade. Já seus inúmeros netos e bisnetos estudaram na escola da comunidade ou em Nova Roma e são alfabetizados. Hoje os descendentes do casal são dez filhos, trinta netos, 50 netos e 14 bisnetos, mas poucos vivem no quilombo hoje em dia. Dos dez filhos vivos, oito moram com suas respectivas famílias e a maior parte dos jovens decidiram por não morar no campo e se mudaram para cidades do Estado.

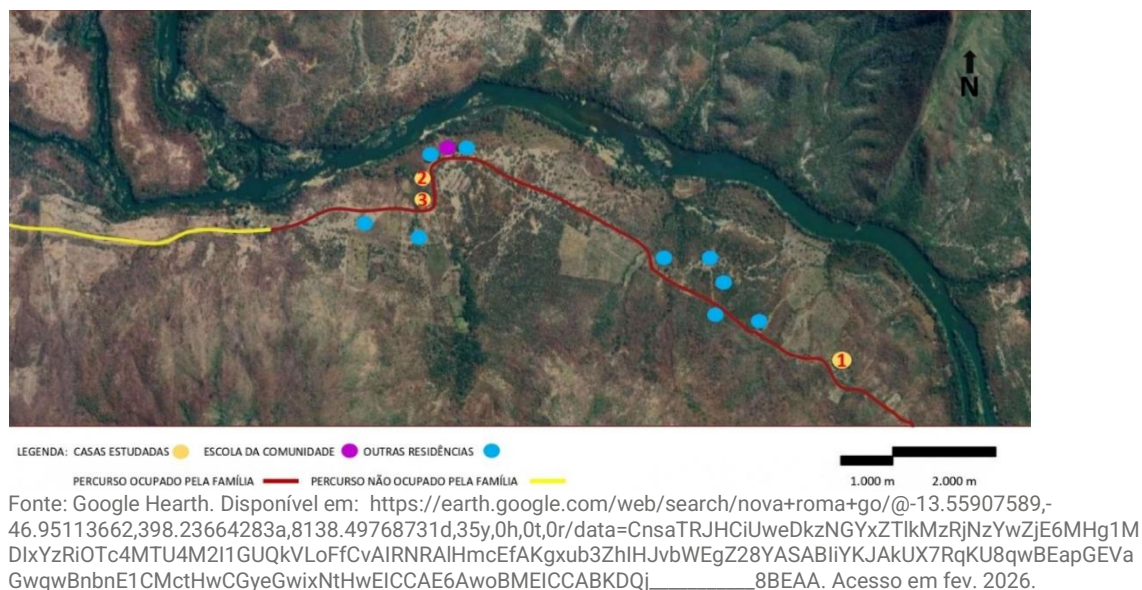
3. EM BUSCA DO PASSADO NO PRESENTE

A família ocupa hoje o território aonde chegaram em 1956. O quilombo localiza-se na margem esquerda do rio Paranã, próximos ao córrego Cajueiro, na fazenda Lavado, município de Nova Roma no estado de Goiás. A parte atualmente ocupada estende-se ao longo do rio Paranã numa extensão de cerca de 4,5 km e com uma largura que varia de 500 a 1.500 metros entre a beira desse rio e a serra da Perda Branca, representando uma área de cerca de 93 alqueires goianos¹. O acesso à comunidade se dá exclusivamente por estrada de terra e a partir da cidade de Nova Roma. Além disso, não existe linha de ônibus que passe dentro nem perto da comunidade.

Todo contato com coleta de informações e arranjos para a visita de campo foi combinada com Gilvan Magalhães, neto de Dona Alvina e líder da comunidade Magalhães em Nova Roma que se mostrou sempre disposto a cooperar com a pesquisa. Parte da visita de campo foi realizada em sua casa, antiga residência de Dona Alvina, onde mora hoje com sua mãe e outro tio (ponto 2 da Figura 02). Ali foi o ponto de encontro do primeiro dia de visita e onde fui informada sobre a existência de mais duas casas de adobe (ponto 1 e 3 da Figura 02). A casa do ponto 3 é moradia de seu tio José Magalhães e a do ponto 1 da tia Virgínia Magalhães, ambos filhos da matriarca, Dona Alvina.

¹ O alqueire goiano mede 48.400 m² e representa 4,84 hectares. Ele se diferencia do alqueire paulista que mede a metade, ou seja, 24,200 m².

Figura 02: Vista aérea de parte do terreno do quilombo com localização das três casas de adobe



Como o terreno do quilombo se estende por quilômetros ao longo da via principal e o contato mais estreito foi feito com as partes citadas acima, os espaços visitados em campo e apresentados neste trabalho se vincularam aos núcleos familiares de Dona Virgínia (ponto 1), Dona Maria (ponto 2) e Seu José (ponto 3).

As casas do quilombo se dispõem ao longo da rua principal (Figura 02) do terreno seguindo uma lógica de divisão igualitária da terra. Apesar do terreno do Quilombo se estender além do perímetro onde os Magalhães ocupam (faixa vermelha da Figura 02), o restante do terreno pertence ao espaço original da comunidade e servirá de espaço comum para produção de gado. Hoje, cada família cuida de seu rebanho dentro do limite do seu terreno sendo que cada um dos 11 filhos de Dona Alvina e Seu Pedro possui um pedaço de terra de tamanho equivalente.

De acordo com Almeida (2007), inicialmente as casas eram construídas de taipa com telhado de palha (Figura 3). A casa onde morava dona Alvina ainda existe e foi feita em 1988 com blocos de adobe e cobertura de palha (imagem 03, Figura 4).

Figura 03: Seu Pedro e Dona Alvina com duas filhas



Fonte: Almeida 2014

Ao longo dos anos a casa sofreu mudanças como a expansão de uma área avarandada na fachada, local onde algumas reuniões familiares e festividades típicas da comunidade acontecem (imagem 4, Figura 4). Além disso, a casa em seu estado original, era coberta com fibra natural que foi ficando velha e sem possibilidade de ser trocada por falta de material disponível na região (imagem 2, figura 5). Hoje, para impedir as infiltrações da água da chuva, esta cobertura foi revolvida por uma lona. Outra modificação observada foi o reboco de cimento feito por dentro e por fora para evitar o barbeiro, de acordo com os moradores.

8

Figura 04: À esquerda, comunidade reunida em frente à casa de dona alvina (posicionada na extremidade direita na foto). Antiga casa de dona alvina modificada na foto da direita.

③

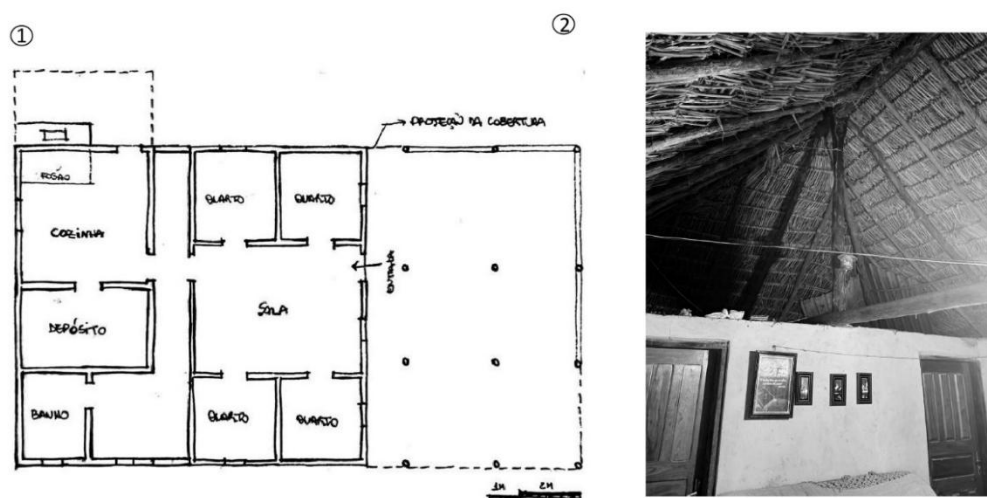


④



Fonte: Acervo da comunidade (esquerda), foto da autora (direita.)

Figura 05: À esquerda, planta atual da casa de Dona Alvina e imagem interna da cobertura de fibra natural à direita.



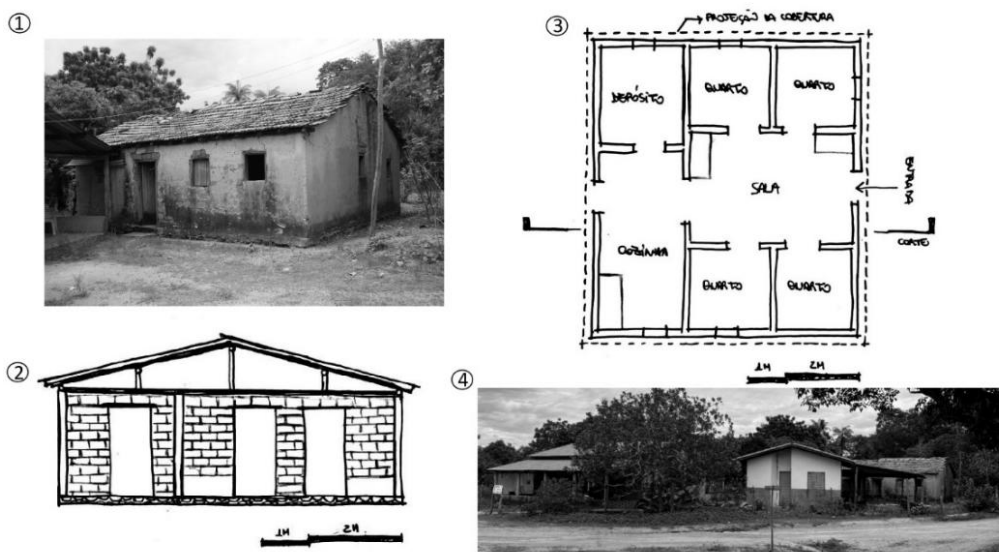
Fonte: desenho elaborado pela autora (esquerda), foto da autora (direita.)

Em 2000 foram construídas nove “casas de material” (forma como localmente são chamadas as casas construídas com tijolo, cimento e coberta de telha) fornecidas pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA para controle do barbeiro. Dentro da comunidade essas casas são chamadas de casas da Sucam². Em conversa durante a visita de campo, apenas os que estavam presentes no dia da visita desse órgão ganharam a referida casa. A obra foi realizada por uma firma particular e o serviço se deu através de um convênio entre a Funasa e a Prefeitura. A casa é composta de dois quartos, um banheiro, uma sala, uma cozinha e uma pequena área e para o padrão residencial da comunidade, suas dimensões são minúsculas. (Almeida 2007)

Em visita à família de Seu José (ponto 3, figura 2), tive oportunidade de ver no mesmo terreno três diferentes tipos de casas. A casa de adobe (imagem 1, figura 6) construída com tijolos feitos pela comunidade no mesmo momento de construção da casa de sua mãe, Dona Alvina. De acordo com Seu José, quem construiu as duas casas foi o “Baiano Francisco”, um construtor de casas de adobe que estava na região. Foi Seu Francisco também que decidiu a planta das casas. Existem ainda duas outras casas no terreno da família, a da Sucam (no centro da imagem 4 da figura 6) e a atual casa de alvenaria convencional, onde ele mora hoje com sua esposa, filha e neta.

² “As casas são assim chamadas porque os primeiros funcionários que combatiam o barbeiro eram do tempo da extinta SUCAM. O responsável local pelo órgão federal que indicou a necessidade de construção das casas na comunidade é localmente conhecido por *Zezinho da Sucam*. Daí a razão de, para a comunidade, o nome das casas terem ficado dessa forma”. (Almeida 2007)

Figura 06: Imagem 1, imagem externa da casa de adobe; imagem 2 planta da casa de adobe; imagem 3, corte da casa de adobe e imagem 4, contexto da casa de adobe com a casa da Sucam no centro e a atual casa habitada pela família à esquerda da imagem.

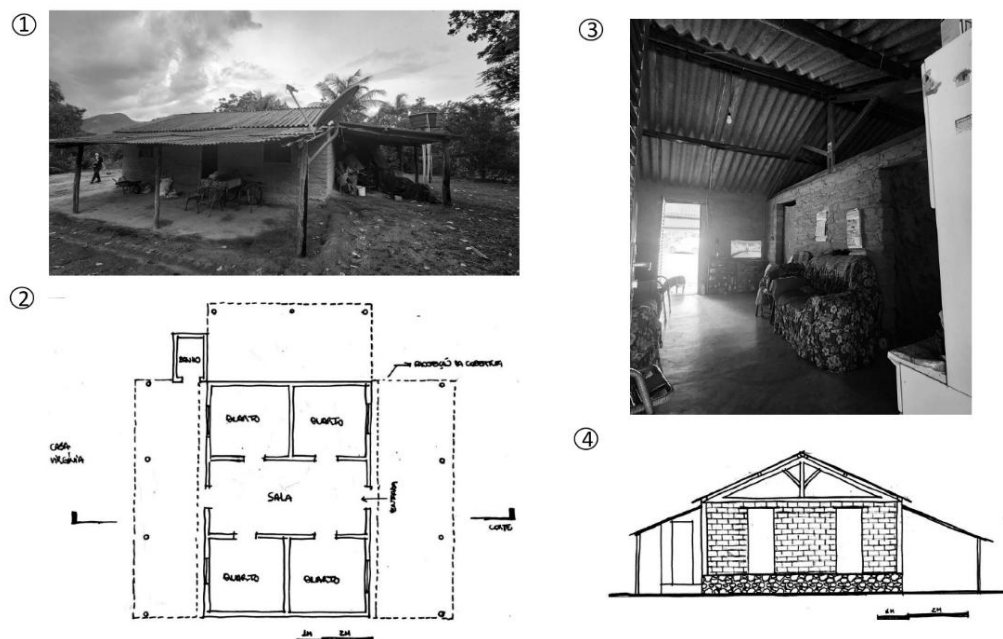


Fonte: desenhos elaborados pela autora, fotos da autora.

Antes da construção desta última, os moradores, descumprindo a determinação da Funasa, resolvem ocupar a casa nova sem desocupar a velha. Assim, eles utilizavam os pequenos quartos da casa da Sucam apenas para dormir, permanecendo nela somente à noite, e durante todo o dia ocupavam a antiga casa de adobe, construídas nos moldes e nos materiais tradicionais, onde cozinhavam e realizavam todas as demais tarefas diurnas. A casa de adobe não tinha banheiro, este ficava afastado do corpo da casa no quintal, e a casa da Sucam não tinha privada dentro do banheiro, apenas chuveiro.

A última casa visitada foi a de Dona Virgínia, onde mora com o marido, Seu Salviano (figura 7). Foi ele que construiu a casa em 2012. A residência possui planta com disposição interna igual às outras duas casas de adobe da comunidade fazendo parecer que Dona Virgínia e seu marido adotaram a sugestão do antigo construtor. As áreas molhadas ficam fora casa, pois entendem que áreas em que se utiliza água não dá certo com tijolo de terra. A parte externa da casa foi chapiscada de cimento para evitar a deterioração dos tijolos pela chuva.

Figura 07: Imagem 1, imagem externa da casa; imagem 2 planta da casa de adobe; imagem 3, fotografia da parte interna da casa e imagem 4, corte da casa.



Fonte: desenhos elaborados pela autora, fotos da autora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja visto o movimento de formação de quilombos e as tantas expedições de entradas no interior do país, é razoável considerar que a formação de território nacional tenha se sustentado em grande parte na construção de moradias que habitavam os sujeitos agentes desses movimentos. Eram caboclos, mestiços e negros que lentamente se espalharam pelo território nacional. A forma dos abrigos, a organização espacial e uso dos recursos naturais nesses contextos são expressões diretas de um modo de vida ancestral enraizado na experiência de vida na terra natal. A essa produção arquitetônica primitiva, dá-se o nome de vernácula ou popular.

Considerando a bagagem histórico-cultural do objeto de estudo, fato extremamente abordado durante todo o desenvolvimento da pesquisa original, optamos por usar o termo vernácula, pois, de acordo com Oliver (2006), "o conhecimento vernacular foi desenvolvido no passado". Teixeira (2024, p.267, p.294) define o mocambo como um exemplar clássico da arquitetura vernácula e a moradia mais comum das populações pobres e negras, consolidada como uma tipologia arquitetônica adotada por diferentes segmentos da sociedade brasileira, movidos por uma condição comum de pobreza.

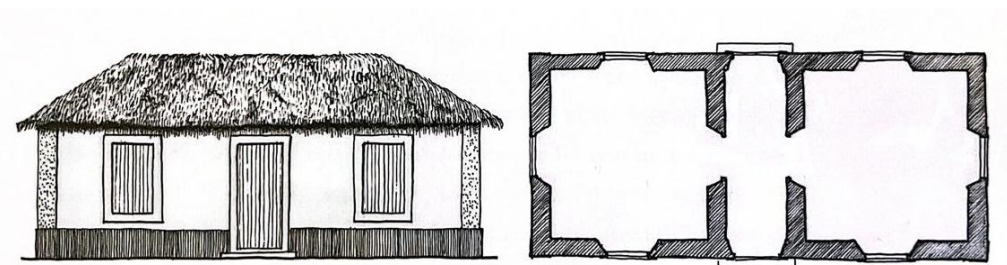
Weimer (2005) ao descrever os mocambos apresenta um aspecto claramente observado nas casas apresentadas. De acordo com o autor, o material mais comumente empregado no recobrimento do telhado dos mocambos eram folhas ou fibras, que, por sua limitada duração, tinham de ser constantemente repostas e foram sendo

substituídas por telhas de cerâmica, que apesar de caras eram mais duráveis. Elas, no entanto, têm sido preteridas em relação às telhas de cimento amiantado.

Além disso, partindo da possibilidade de que a comunidade estudada tenha origem banto, é possível especular que características materiais presentes nas residências levantadas possam guardar alguma relação, ainda que longínqua, com as construções dos Quimbundos, povo banto que vive no litoral sul de Luanda. Eles constroem casas elevada do solo por uma plataforma, com prolongamento da cobertura, criando alpendres de trabalho. Seja na fachada ou na parte posterior, esses vãos tornam-se o centro da vida doméstica e social das mulheres da família, algo vivenciado no trabalho de campo quando fomos recepcionados e direcionados a conversar na varanda posterior da casa da Dona Virgínia e na varanda da frente na casa de dona Alvina, a matriarca já falecida.

Além disso, os Quimbundos constroem Ingombotas, casas que são uma combinação de aspectos nativos africanos com portugueses. A construção térrea apresenta uma planta retangular com três divisões internas com uma porta central que dá para a sala e dois compartimentos laterais, da esquerda para a cozinha e da direita para o quarto. Esse tradicional arranjo em planta é conhecido como Casa Açoriana (figura 8) de origem berbere, porém permeada de influências nativas pois apresenta paredes espessas de 50 cm feitas com Adobe e coberturas de folhas de Palmeiras com quatro ou duas águas.

Figura 8: As Ingombotas de Luanda (elevação e planta): influência colonial de origem berbere



Fonte: Weimer 2014

Seja como for, essas especulações sobre eventuais origens dessas casas poderão ou não serem confirmadas no decorrer da pesquisa. Por enquanto, percebe-se que a comunidade apresenta elementos históricos que permitem supor alguma relação do modo de construir da comunidade com uma ancestralidade africana, como o uso de adobe, a cobertura de palha e elementos da organização espacial interna, além de serem eles mesmos os construtores, nos exemplos originais.

5.AGRADECIMENTOS

Agrademos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelas bolsas concedidas.

6. REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da província de Goiás**. Ipiranga. Brasília, DF: [s. n.], 1863.

ALMEIDA, Roberto Alves de. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombo Família Magalhães**. Nova Roma - Goiás. Brasília, DF: INCRA, 2007

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: povo da terra. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro**: um estudo antropológico de um bairro rural de Goiás. São Paulo: Ática, 1987

Google Hearth. Disponível em:
https://earth.google.com/web/search/nova+roma+go/@-13.55907589,-46.95113662,398.23664283a,8138.49768731d,35y,0h,0t,0r/data=CnsaTRJHCiUweDkzNGYxZTIkMzRjNzYwZjE6MHg1MDIxYzRiOTc4MTU4M2I1GUQkVLoFfCvAIRNRAIHmcEfAKgxeb3ZhIHJvbWEgZ28YASABliYKJAKUX7RqKU8qwBEapGEVaGwqwBnbnE1CMctHwCGyeGwixNtHwEICCAE6AwoBMEICCABKDQj_____8BEAA. Acesso em fev. 2026.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

INIKORI, J. E. **A África na história do mundo**: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO; Secad/MEC; UFSCAR, 2010.]

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS; GOMES (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.240-262

OLIVER, Paul. **Built to Meet Needs**: Cultural Issues in Vernacular Architecture. Itália: Architectural, 2006.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

TEIXEIRA, Rubenilson B. **Tão longe, tão perto**: a casa vernacular e as dinâmicas da tradição. Recife: Editora UFPE, 2022. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/955>. Acesso em: jul. 2025.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos**: na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Slave Voyages - Estimates: Trans-Atlantic Slave Trade. Tables. Disponíveis em: <<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates#tables>>. Acesso em ago 2025.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Inter-relações afrobrasileiras na arquitetura**. [S. l.: s. n.], 2014.